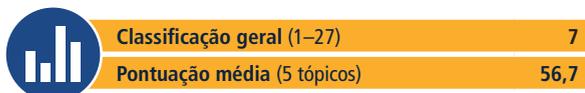


MATO GROSSO DO SUL CAMPO GRANDE



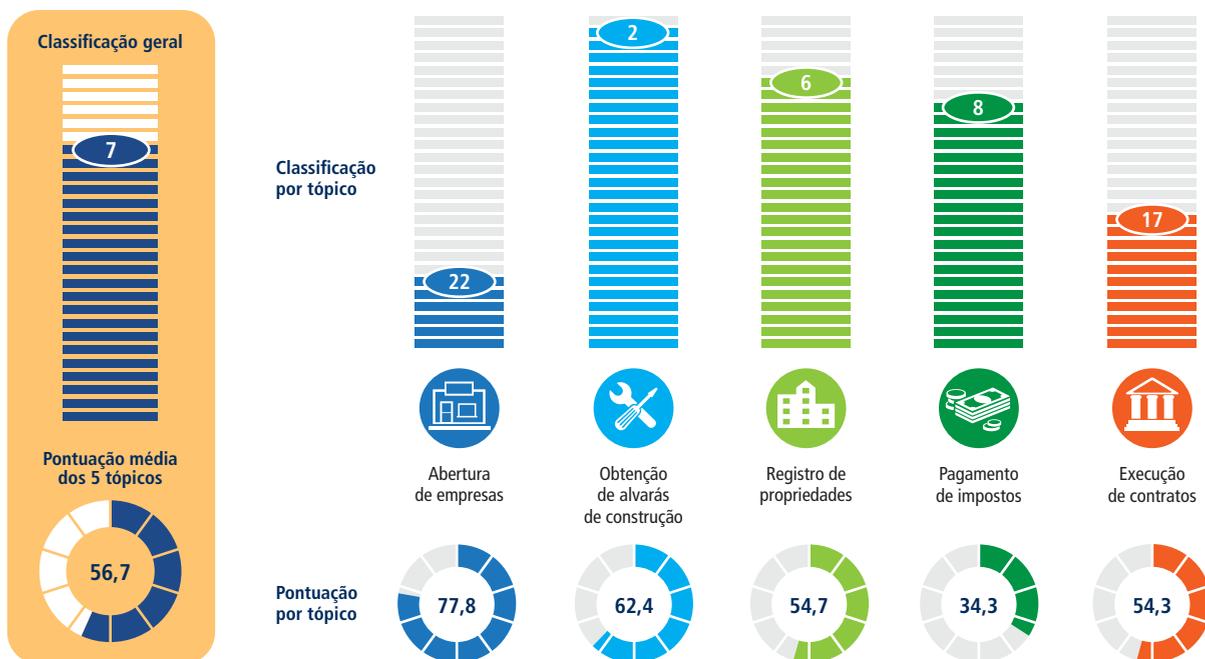
Abertura de empresas (classificação)	22
Pontuação (0–100)	77,8
Procedimentos (número)	13
Tempo (dias)	17,5
Custo (% da renda per capita)	2,0
Capital mínimo integralizado (% da renda per capita)	0,0

Obtenção de alvarás de construção (classificação)	2
Pontuação (0–100)	62,4
Procedimentos (número)	18
Tempo (dias)	203
Custo (% do valor do armazém)	1,5
Índice de controle da qualidade da construção (0–15)	9,0

Pagamento de impostos (classificação)	8
Pontuação (0–100)	34,3
Pagamentos (número por ano)	10
Tempo (horas por ano)	1.483
Carga tributária total (% dos lucros)	65,0
Índice de processos pós-declaração (0–100)	7,8

Registro de propriedades (classificação)	6
Pontuação (0–100)	54,7
Procedimentos (número)	17
Tempo (dias)	29,5
Custo (% do valor do imóvel)	2,9
Índice de qualidade da administração fundiária (0–30)	15,5

Execução de contratos (classificação)	17
Pontuação (0–100)	54,3
Tempo (dias)	1.095
Custo (% do valor da ação)	23,9
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)	12,5



Fonte: Base de dados do Doing Business Subnacional.



ABERTURA DE EMPRESAS

LISTA DE PROCEDIMENTOS

*Formato jurídico: Sociedade Limitada
Capital mínimo integralizado: Sem requisito de capital mínimo
Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020*

Procedimento 1. Verificar a disponibilidade do nome da empresa e a viabilidade de endereço

Agência: Prefeitura / Junta Comercial (via Redesim)
Tempo: 2 dias
Custo: Sem custo

Procedimento 2. Solicitar o registro à Receita Federal

Agência: Receita Federal
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Sem custo

Procedimento 3. Pagar as taxas de registro

Agência: Banco comercial
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Taxa inclusa no procedimento 4

Procedimento 4. Registrar-se na Junta Comercial do Estado para completar inscrição com as autoridades de impostos federal e municipal para obter o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e o Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE)

Agência: Junta Comercial do Estado
Tempo: 2 dias
Custo: R\$378

Procedimento 5. Obter um certificado digital (e-CNPJ) para emitir notas fiscais eletrônicas

Agência: Certificadora digital
Tempo: 2 dias
Custo: R\$210

Procedimento 6. Obter Alvará de Localização e Funcionamento

Agência: Prefeitura
Tempo: 3 dias
Custo: R\$50,90

Procedimento 7. Pagar a taxa de Localização e Funcionamento

Agência: Banco comercial
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Taxa inclusa no procedimento 6

Procedimento 8. Pagar a taxa de registro da Secretaria de Estado da Fazenda

Agência: Banco comercial
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Taxa inclusa no procedimento 9

Procedimento 9. Registrar-se na Secretaria de Estado de Fazenda fase 1

Agência: Secretaria de Estado de Fazenda
Tempo: 3 dias
Custo: R\$31,20

Procedimento 10. Registrar-se na Secretaria de Estado de Fazenda fase 2

Agência: Secretaria de Estado de Fazenda
Tempo: 1 dia
Custo: Sem custo

Procedimento 11*. Atualizar as informações dos funcionários no Programa de Integração Social (PIS)

Agência: Caixa Econômica Federal
Tempo: 1 dia
Custo: Sem custo

Procedimento 12*. Notificar o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - ou o eSocial

Agência: Ministério da Economia
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Sem custo

Procedimento 13*. Registrar-se em sindicato patronal e em sindicato de empregados

Agência: Sindicato patronal e sindicato de empregados
Tempo: 1 dia
Custo: Sem custo

Observação: Para informações detalhadas sobre cada procedimento, consultar <https://portugues.doingbusiness.org/brazil>.



OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

LISTA DE PROCEDIMENTOS

Valor estimado do armazém: R\$1.674.131
Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020

Procedimento 1. Solicitar e obter a certidão de matrícula do imóvel junto ao Registro de Imóveis

Agência: Registro de Imóveis

Tempo: 1 dia

Custo: R\$41 [R\$29 por emolumentos do cartório + R\$2,90 destinado ao FUNJECC (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,74 destinado ao FUNADEP (6% do valor dos emolumentos) + R\$1,16 destinado ao FUNDEP-GE (4% do valor dos emolumentos) + R\$2,90 destinado ao FEADMP (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,45 por ISS (5% do valor dos emolumentos) + R\$1,50 pelo selo de fiscalização]

Procedimento 2. Obter um estudo geotécnico do solo (estudo de sondagem)

Agência: Empresa privada

Tempo: 11 dias

Custo: R\$9.750

Procedimento 3*. Obter resultados do levantamento topográfico

Agência: Empresa privada com topógrafo licenciado

Tempo: 12 dias

Custo: R\$4.500

Procedimento 4. Obter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)

Agência: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)

Tempo: 1 dia

Custo: R\$234 (Para contratos e obras acima de R\$15.000,01)

Procedimento 5. Solicitar e obter o Alvará de Construção

Agência: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR

Tempo: 35 dias

Custo: R\$2.389 [Taxa de aprovação: R\$1,80/m² + Taxa de alvará: R\$48,15 (fixo)]

Procedimento 6*. Enviar projeto para análise pelo Corpo de Bombeiros e obter relatório

Agência: Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul

Tempo: 67 dias

Custo: R\$1.015 (34 UFERMS. Taxa de análise de Processo de Segurança Contra Incêndio, com sistema de hidrante ou outra canalização preventiva, cuja taxa é relativa à faixa que varia de 901 m² a 2.700 m²)

Procedimento 7. Cadastrar obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO)

Agência: Receita Federal do Brasil - RFB

Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)

Custo: Sem custo

Procedimento 8. Receber uma fiscalização aleatória da Prefeitura

Agência: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR

Tempo: 1 dia

Custo: Sem custo

Procedimento 9. Receber uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho

Agência: Ministério Público do Trabalho

Tempo: 1 dia

Custo: Sem custo

Procedimento 10. Solicitar uma vistoria do Corpo de Bombeiros

Agência: Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul

Tempo: 1 dia

Custo: R\$1.015 (34 UFERMS. Taxa de análise de Processo de Segurança Contra Incêndio, com sistema de hidrante ou outra canalização preventiva, cuja taxa é relativa à faixa que varia de 901 m² a 2.700 m²)

Procedimento 11. Receber uma vistoria do Corpo de Bombeiros

Agência: Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul

Tempo: 1 dia

Custo: Sem custo

Procedimento 12. Obter Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar (CVCBM)

Agência: Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul

Tempo: 53 dias

Custo: Sem custo

Procedimento 13. Solicitar vistoria de Habite-se

Agência: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR

Tempo: 1 dia

Custo: R\$682 [Taxa de Habite-se: R\$0,49/m² + Taxa de Vistoria: R\$45,05 (fixo)]

Procedimento 14. Receber vistoria de Habite-se

Agência: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR

Tempo: 1 dia

Custo: Sem custo

Procedimento 15. Obter Carta de Habite-se

Agência: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR

Tempo: 45 dias

Custo: Sem custo

Procedimento 16*. Solicitar e obter as ligações às redes públicas de água e esgoto

Agência: Águas Guariroba

Tempo: 12 dias

Custo: R\$1.178 (Ligação nova de água Asfalto: R\$423,63 + Ligação nova de esgoto Asfalto: R\$754,74)

Procedimento 17. Encerrar inscrição no CNO e obter certidão negativa de débitos

Agência: Receita Federal do Brasil - RFB
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Sem custo

Procedimento 18. Registrar o imóvel no Registro de Imóveis

Agência: Registro de Imóveis
Tempo: 15 dias
Custo: R\$4.500

Observação: Para informações detalhadas sobre cada procedimento, consultar <https://portugues.doingbusiness.org/brazil>.

ÍNDICE DE CONTROLE DA QUALIDADE DA CONSTRUÇÃO

	Pontuação
Índice de controle da qualidade da construção (0–15)	9,0
Índice de qualidade dos regulamentos da construção (0–2)	2,0
Índice de controle da qualidade antes da construção (0–1)	1,0
Índice de controle da qualidade durante a construção (0–3)	0,0
Índice de controle da qualidade após a construção (0–3)	3,0
Índice de regimes de responsabilidade/seguro (0–2)	1,0
Índice de certificações profissionais (0–4)	2,0

Observação: Para obter uma lista de todos os componentes e resultados deste índice, consulte a seção “Detalhes dos índices de qualidade”.

**REGISTRO DE PROPRIEDADES****LISTA DE PROCEDIMENTOS**

Valor estimado do imóvel: R\$1.674.131
Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020

Procedimento 1. Obter a Certidão de Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívida

Agência: 1º Tabelionato de Protesto de Títulos
Tempo: 1 dia
Custo: R\$25,80 [R\$18,00 por emolumentos do tabelionato + R\$1,80 destinado ao FUNJECC (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,08 destinado ao FUNADEP (6% do valor dos emolumentos) + R\$0,72 destinado ao FUNDE-PGE (4% do valor dos emolumentos) + R\$1,80 destinado ao FEADMP (10% do valor dos emolumentos) + R\$0,90 por ISS (5% do valor dos emolumentos) + R\$1,50 pelo selo de fiscalização]

Procedimento 2*. Obter a Certidão de Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívida

Agência: 2º Tabelionato de Protesto de Títulos
Tempo: 1 dia
Custo: R\$24,90 [R\$18,00 por emolumentos do tabelionato + R\$1,80 destinado ao FUNJECC (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,08 destinado ao FUNADEP (6% do valor dos emolumentos) + R\$0,72 destinado ao FUNDE-PGE (4% do valor dos emolumentos) + R\$1,80 destinado ao FEADMP (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,50 pelo selo de fiscalização]

Procedimento 3*. Obter a Certidão de Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívida

Agência: 3º Tabelionato de Protesto de Títulos
Tempo: 1 dia
Custo: R\$25,80 [R\$18,00 por emolumentos do tabelionato + R\$1,80 destinado ao FUNJECC (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,08 destinado ao FUNADEP (6% do valor dos emolumentos) + R\$0,72 destinado ao FUNDE-PGE (4% do valor dos emolumentos) + R\$1,80 destinado ao FEADMP (10% do valor dos emolumentos) + R\$0,90 por ISS (5% do valor dos emolumentos) + R\$1,50 pelo selo de fiscalização]

Procedimento 4*. Obter a Certidão de Distribuição de Ações Cíveis e a Certidão de Distribuição de Ações de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Justiça Estadual

Agência: Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS)
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Sem custo

Procedimento 5*. Obter a Certidão de Ações Trabalhistas

Agência: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24)
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Sem custo

Procedimento 6*. Obter a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Agência: Tribunal Superior do Trabalho (TST)
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Sem custo

Procedimento 7*. Obter a Certidão de Inteiro Teor de Matrícula com Ônus Reais e Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias

Agência: Cartório de Registro de Imóveis
Tempo: 1 dia
Custo: R\$40,65 [R\$29,00 por emolumentos do cartório + R\$2,90 destinado ao FUNJECC (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,74 destinado ao FUNADEP (6% do valor dos emolumentos) + R\$1,16 destinado ao FUNDEP-GE (4% do valor dos emolumentos) + R\$2,90 destinado ao FEADMP (10% do valor dos emolumentos) + R\$1,45 por ISS (5% do valor dos emolumentos) + R\$1,50 pelo selo de fiscalização]

Procedimento 8*. Obter a Certidão Negativa Imobiliária e a Ficha Cadastral Imobiliária

Agência: Prefeitura de Campo Grande (Central de Atendimento ao Cidadão)
Tempo: 1 dia
Custo: R\$25,28 (pela Certidão Negativa Imobiliária)

Procedimento 9*. Obter a Certidão Negativa de Débitos Estaduais

Agência: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (Secretaria de Fazenda)
Tempo: Menos de um dia (procedimento on-line)
Custo: Sem custo

Procedimento 10*. Obter a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**Agência:** Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**Tempo:** Menos de um dia (procedimento on-line)**Custo:** Sem custo**Procedimento 11*. Obter a Certidão de Regularidade do FGTS****Agência:** Caixa Econômica Federal**Tempo:** Menos de um dia (procedimento on-line)**Custo:** Sem custo**Procedimento 12*. Obter a Certidão de Distribuição de Ações e Execuções Cíveis, Fiscais, Criminais e dos Juizados Especiais Federais Criminais Adjuntos da Justiça Federal****Agência:** Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul)**Tempo:** Menos de um dia (procedimento on-line)**Custo:** Sem custo**Procedimento 13*. Obter a Certidão Simplificada da Empresa****Agência:** Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS)**Tempo:** Menos de um dia (procedimento on-line)**Custo:** R\$30**Procedimento 14. Solicitar a Guia de Recolhimento do ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos) e efetuar o pagamento****Agência:** Prefeitura de Campo Grande (Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento)**Tempo:** Menos de um dia (procedimento on-line)**Custo:** R\$33.482,62 (2% do valor do imóvel)**Procedimento 15. Lavrar a Escritura Pública de Compra e Venda****Agência:** Tabelionato de Notas**Tempo:** 2 dias**Custo:** R\$10.603,45 [R\$7.847,00 por emolumentos do tabelionato (incluindo 5% ao TJMS) + R\$784,70 destinado ao FUNJECC (10% do valor dos emolumentos) + R\$470,82 destinado ao FUNADEP (6% do valor

dos emolumentos) + R\$313,88 destinado ao FUNDE-PGE (4% do valor dos emolumentos) + R\$784,70 destinado ao FEADMP (10% do valor dos emolumentos) + R\$392,35 por ISS (5% do valor dos emolumentos) + R\$10,00 pelo selo de fiscalização]

Procedimento 16. Registrar a Escritura Pública de Compra e Venda**Agência:** Cartório de Registro de Imóveis**Tempo:** 15 dias**Custo:** R\$4.303 [R\$3.180,00 por emolumentos do cartório (incluindo 5% ao TJMS) + R\$318,00 destinado ao FUNJECC (10% do valor dos emolumentos) + R\$190,80 destinado ao FUNADEP (6% do valor dos emolumentos) + R\$127,20 destinado ao FUNDE-PGE (4% do valor dos emolumentos) + R\$318,00 destinado ao FEADMP (10% do valor dos emolumentos) + R\$159,00 por ISS (5% do valor dos emolumentos) + R\$10,00 pelo selo de fiscalização]**Procedimento 17. Atualizar o cadastro do contribuinte para fins de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)****Agência:** Prefeitura de Campo Grande (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana)**Tempo:** 3 dias**Custo:** R\$33,08*Observação:* Para informações detalhadas sobre cada procedimento, consultar <https://portugues.doingbusiness.org/brazil>.**ÍNDICE DE QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO FUNDIÁRIA**

	Pontuação
Índice de qualidade da administração fundiária (0–30)	15,5
Índice de qualidade da infraestrutura (0–8)	5,0
Índice de transparência das informações (0–6)	4,0
Índice de cobertura geográfica (0–6)	2,0
Índice de resolução de disputas fundiárias (0–8)	4,5
Índice de igualdade dos direitos de propriedade (-2–0)	0,0

Observação: Para obter uma lista de todos os componentes e resultados deste índice, consulte a seção “Detalhes dos índices de qualidade”.**EXECUÇÃO DE CONTRATOS**

Valor da ação: R\$66.965. Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020.

DETALHES DO INDICADOR	
	Tempo (dias)
Citação do processo	70
Julgamento e sentença	730
Execução da sentença	295
Duração total	1.095
	Custo (% do valor da ação)
Honorários dos advogados	13,0
Custos processuais	10,7
Custos de execução	0,2
Custo total	23,9

Fonte: Base de dados do Doing Business Subnacional.

QUALIDADE DOS PROCESSOS JUDICIAIS

	Pontuação
Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)	12,5
Índice de estrutura e procedimentos dos tribunais (-1–5)	3,5
Índice de gestão de processos (0–6)	3,0
Índice de automação de tribunais (0–4)	3,0
Índice de resolução alternativa de litígios (0–3)	3,0

Observação: Para obter uma lista de todos os componentes e resultados deste índice, consulte a seção “Detalhes dos índices de qualidade”.

* Simultâneo com o procedimento anterior



PAGAMENTO DE IMPOSTOS

Localidade	Pagamentos (número/ano)	Tempo (horas/ano)				Carga tributária					
		Tempo para cumprir com as obrigações fiscais relativas aos tributos sobre o lucro (IRPJ, CSLL)	Tempo para cumprir com as obrigações fiscais relativas aos tributos indiretos (ICMS, IPI, PIS, COFINS)	Tempo para cumprir com as obrigações fiscais relativas aos encargos e contribuições sociais	Tempo (horas/ano)	Tributos federais					
						Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	Contribuições previdenciárias pagas pelo empregador (INSS)	Contribuições sociais sobre a folha de pagamento (Sistema S, Salário-educação, RAT)	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) incidente sobre juros****
Acre (Rio Branco)	10	361	885	255	1.501	16,26%	5,85%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Alagoas (Maceió)	10	361	885	255	1.501	16,81%	6,05%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Amapá (Macapá)	10	361	867	255	1.483	16,72%	6,02%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Amazonas (Manaus)	10	361	885	255	1.501	16,67%	6,00%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Bahia (Salvador)	12	361	885	255	1.501	16,38%	5,90%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Ceará (Fortaleza)	10	361	867	255	1.483	16,27%	5,86%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Distrito Federal (Brasília)	10	361	867	255	1.483	16,64%	5,99%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Espírito Santo (Vitória)	9	361	867	255	1.483	16,85%	6,07%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Goiás (Goiânia)	10	361	867	255	1.483	16,71%	6,02%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Maranhão (São Luís)	10	361	885	255	1.501	16,61%	5,98%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Mato Grosso (Cuiabá)	11	361	867	255	1.483	16,85%	6,07%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Mato Grosso do Sul (Campo Grande)	10	361	867	255	1.483	16,66%	6,00%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Minas Gerais (Belo Horizonte)	10	361	885	255	1.501	16,42%	5,91%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Pará (Belém)	12	361	885	255	1.501	16,28%	5,86%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Paraíba (João Pessoa)	10	361	867	255	1.483	16,51%	5,94%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Paraná (Curitiba)	9	361	867	255	1.483	16,36%	5,89%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Pernambuco (Recife)	10	361	885	255	1.501	16,28%	5,86%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Piauí (Teresina)	11	361	885	255	1.501	16,58%	5,97%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	10	361	873	255	1.489	16,11%	5,80%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Rio Grande do Norte (Natal)	10	361	867	255	1.483	16,60%	5,97%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	10	361	885	255	1.501	16,59%	5,97%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Rondônia (Porto Velho)	10	361	867	255	1.483	16,82%	6,06%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Roraima (Boa Vista)	11	361	885	255	1.501	16,81%	6,05%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Santa Catarina (Florianópolis)	10	361	885	255	1.501	16,57%	5,96%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
São Paulo (São Paulo)	10	361	885	255	1.501	16,35%	5,88%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Sergipe (Aracaju)	10	361	867	255	1.483	16,17%	5,82%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%
Tocantins (Palmas)	11	361	885	255	1.501	16,85%	6,07%	22,56%	9,59%	8,72%	0,51%

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Observações: Dados atualizados até o dia 31 de dezembro de 2019. Estão incluídos na carga tributária total somente os impostos, taxas e contribuições que representam um custo para a empresa do estudo de caso. Além disso, o Doing Business mede o número de pagamentos e o tempo para o cumprimento com as obrigações fiscais dos seguintes tributos (que não aparecem nesta tabela): Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e as contribuições previdenciárias pagas pelos empregados (INSS). Os dados do Doing Business 2021 para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.

total (% dos lucros)						Índice de processos pós-declaração				
Tributos estaduais	Tributos municipais				Carga tributária total (% dos lucros)	Tempo para cumprir com uma restituição dos tributos indiretos (horas)**	Tempo para obter uma restituição dos tributos indiretos (semanas)**	Tempo para cumprir com uma retificação do IRPJ (horas)	Tempo para concluir uma retificação do IRPJ (semanas)	Índice de processos pós-declaração (0-100)
	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	Taxa de funcionamento	Taxa de coleta de lixo***						
0,08%	2,37%	0,07%	0,50%	n/a	66,0%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	0,53%	0,10%	0,07%	0,06%	64,6%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,10%	1,01%	0,09%	0,01%	n/a	64,8%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,12%	1,20%	0,05%	n/a	n/a	64,9%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	2,01%	0,25%	0,18%	0,02%	65,7%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	2,62%	0,26%	n/a	n/a	66,0%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	1,41%	0,03%	0,03%	n/a	65,0%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	0,55%	n/a	0,03%	n/a	64,4%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,11%	0,93%	0,18%	n/a	n/a	64,8%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	1,51%	0,03%	n/a	n/a	65,1%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	0,53%	0,03%	0,01%	n/a	64,4%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,14%	1,19%	0,01%	0,09%	n/a	65,0%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	2,17%	0,10%	0,03%	n/a	65,6%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,07%	2,67%	0,06%	0,09%	0,08%	66,0%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	1,89%	n/a	0,05%	n/a	65,3%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	2,50%	n/a	0,02%	n/a	65,7%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	2,67%	0,04%	0,18%	n/a	66,0%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,07%	1,58%	0,06%	0,03%	0,02%	65,2%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	3,44%	n/a	0,02%	0,09%	66,4%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	1,24%	0,04%	0,29%	n/a	65,1%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	1,47%	0,01%	0,15%	n/a	65,1%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	0,59%	0,07%	0,03%	n/a	64,5%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,17%	0,67%	n/a	0,01%	0,12%	64,7%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	1,53%	n/a	0,19%	n/a	65,2%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,12%	2,50%	0,05%	n/a	n/a	65,8%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,08%	3,29%	0,03%	n/a	n/a	66,3%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8
0,09%	0,43%	0,03%	0,06%	0,04%	64,4%	Não existe restituição	Não existe restituição	39,0	86,6	7,8

* 'Outras taxas municipais' inclui taxas que são cobradas em certas cidades, tais como a taxa de publicidade, taxa de licença ambiental, taxa de urbanização e taxa de vigilância sanitária.

** No Brasil são cobrados tributos similares ao IVA (no estudo de caso do Doing Business aplicam-se o ICMS, IPI, PIS e COFINS). No entanto, a restituição desses tributos indiretos é restrita a casos específicos: (i) ICMS: em caso de pagamento a maior por erro no cálculo do imposto devido; (ii) IPI: não é permitido crédito na aquisição de capital; (iii) PIS e COFINS: restrito ao comércio internacional e outros casos.

*** Em Brasília é cobrada uma taxa de limpeza pública, que inclui a coleta de lixo além de outros serviços de limpeza pública.

**** O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) incidente sobre os juros não está incluído na carga tributária total.

DETALHES DOS ÍNDICES DE QUALIDADE				
	Minas Gerais		Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Tocantins	
	Resposta	Pontuação	Resposta	Pontuação
Índice de controle da qualidade da construção (0–15)	11		9	
Índice de qualidade dos regulamentos da construção (0–2)	2		2	
Quão acessíveis são as leis e normas relativas à construção? (0–1)	Disponível on-line; Sem custo.	1	Disponível on-line; Sem custo.	1
Quais requisitos estão claramente especificados nos regulamentos da construção ou num site, brochura oficial ou panfleto disponível ao público? (0–1)	Lista de documentos exigidos; Taxas a serem pagas; Pré-aprovações necessárias.	1	Lista de documentos exigidos; Taxas a serem pagas; Pré-aprovações necessárias.	1
Índice de controle da qualidade antes da construção (0–1)	1		1	
De acordo com a lei, que entidades devem verificar a conformidade dos planos de construção com os regulamentos da construção em vigor? (0–1)	Arquiteto licenciado; Engenheiro licenciado.	1	Arquiteto licenciado; Engenheiro licenciado.	1
Índice de controle da qualidade durante a construção (0–3)	2		0	
Que tipo de inspeções técnicas (se houver) a lei exige que sejam realizadas durante a construção? (0–2)	Inspeções em várias fases.	1	Inspeções não programadas; ou Nenhuma inspeção é legalmente exigida durante a construção.	0
As inspeções previstas em lei durante a construção são realizadas na prática? (0–1)	As inspeções obrigatórias são sempre feitas na prática.	1	As inspeções obrigatórias nem sempre são feitas na prática durante a construção; ou As inspeções obrigatórias são feitas na maioria das vezes durante a construção.	0
Índice de controle da qualidade após a construção (0–3)	3		3	
Existe alguma inspeção final exigida por lei para verificar a conformidade do imóvel com os planos aprovados? (0–2)	Sim, a inspeção final é feita por agência governamental.	2	Sim, a inspeção final é feita por agência governamental; ou o engenheiro interno envia relatório para inspeção final; ou ambos.	2
As inspeções finais exigidas por lei acontecem na prática? (0–1)	A inspeção final sempre ocorre na prática.	1	A inspeção final sempre ocorre na prática.	1
Índice de regimes de responsabilidade/seguro (0–2)	1		1	
Por lei, quais partes são primeiramente responsáveis quando é detectado um defeito após a entrega do imóvel ao proprietário, e estando este já sendo utilizado (Responsabilidade por vícios ocultos)? (0–1)	Arquiteto ou engenheiro; Profissional responsável pela supervisão; Companhia de construção.	1	Arquiteto ou engenheiro; Profissional responsável pela supervisão; Companhia de construção.	1
A quais partes a lei exige que subscrevam primeiramente um Seguro de Responsabilidade por vícios ocultos - uma apólice de seguro para cobrir despesas de reparação de defeitos que sejam descobertos após o imóvel concluído ter sido entregue ao proprietário? (0–1)	Nenhuma parte é obrigada por lei a obter seguro.	0	Nenhuma parte é obrigada por lei a obter seguro.	0
Índice de certificações profissionais (0–4)	2		2	
De acordo com a lei, quais são os requisitos de qualificação para que um profissional seja autorizado a verificar se os planos de arquitetura e estruturais estão em conformidade com os regulamentos da construção em vigor? (0–2)	Diploma universitário em arquitetura ou engenharia; Ser arquiteto ou engenheiro registrado.	1	Diploma universitário em arquitetura ou engenharia; Ser arquiteto ou engenheiro registrado; ou Ser aprovado em um exame de certificação.	1
De acordo com a lei, quais são os requisitos de qualificação para que um profissional seja autorizado a realizar a supervisão/inspeções técnicas da construção? (0–2)	Estudos universitários em engenharia, construção ou gestão de obras; Ser arquiteto ou engenheiro registrado.	1	Estudos universitários em engenharia, construção ou gestão de obras; Ser arquiteto ou engenheiro registrado; ou Ser aprovado em um exame de certificação.	1

DETALHES DOS ÍNDICES DE QUALIDADE					
Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe		Ceará		São Paulo	
Resposta	Pontuação	Resposta	Pontuação	Resposta	Pontuação
8		8		8	
1		2		2	
Disponível on-line; Sem custo.	1	Disponível on-line; Sem custo.	1	Disponível on-line; Sem custo.	1
Lista de documentos exigidos; e Pré-aprovações necessárias; ou taxas a serem pagas.	0	Lista de documentos exigidos; Taxas a serem pagas; Pré-aprovações necessárias.	1	Lista de documentos exigidos; Taxas a serem pagas; Pré-aprovações necessárias.	1
1		1		1	
Arquiteto licenciado; Engenheiro licenciado.	1	Arquiteto licenciado; Engenheiro licenciado.	1	Arquiteto licenciado; Engenheiro licenciado.	1
0		0		0	
Inspeções não programadas.	0	Inspeções não programadas.	0	Inspeções não programadas.	0
As inspeções obrigatórias nem sempre são feitas na prática durante a construção; ou As inspeções obrigatórias são sempre feitas na prática, mas não são programadas.	0	As inspeções obrigatórias nem sempre são feitas na prática durante a construção.	0	As inspeções obrigatórias nem sempre são feitas na prática durante a construção; As inspeções obrigatórias são feitas na maioria das vezes durante a construção.	0
3		3		2	
Sim, a inspeção final é feita por agência governamental.	2	Sim, a inspeção final é feita por agência governamental; Sim, o engenheiro interno envia relatório para inspeção final.	2	Sim, o engenheiro interno envia relatório para inspeção final.	2
A inspeção final sempre ocorre na prática.	1	A inspeção final sempre ocorre na prática.	1	A inspeção final nem sempre ocorre na prática.	0
1		1		1	
Arquiteto ou engenheiro; Profissional responsável pela supervisão; Companhia de construção.	1	Arquiteto ou engenheiro; Profissional responsável pela supervisão; Companhia de construção.	1	Arquiteto ou engenheiro; Profissional responsável pela supervisão; Companhia de construção; Proprietário ou investidor.	1
Nenhuma parte é obrigada por lei a obter seguro.	0	Nenhuma parte é obrigada por lei a obter seguro.	0	Nenhuma parte é obrigada por lei a obter seguro.	0
2		1		2	
Diploma universitário em arquitetura ou engenharia; Ser arquiteto ou engenheiro registrado; ou Ser aprovado em um exame de certificação.	1	Diploma universitário em arquitetura ou engenharia; Ser arquiteto ou engenheiro registrado.	1	Diploma universitário em arquitetura ou engenharia; Ser arquiteto ou engenheiro registrado; Ser aprovado em um exame de certificação.	1
Estudos universitários em engenharia, construção ou gestão de obras; Ser arquiteto ou engenheiro registrado.	1	Ser aprovado em um exame de certificação.	0	Estudos universitários em engenharia, construção ou gestão de obras; Ser arquiteto ou engenheiro registrado.	1

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Observações: Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020. Os dados do Doing Business 2021 para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.

DETALHES DOS ÍNDICES DE QUALIDADE



Índice de qualidade da administração fundiária (0–30)

Índice de qualidade da infraestrutura (0–8)

Em que formato os títulos de propriedade de imóveis são mantidos no registro de imóveis da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um banco de dados eletrônico abrangente e totalmente funcional para verificar quaisquer ônus ligados ao imóvel (obrigações, hipotecas, etc.)? (0–1)

Em que formato os mapas (plantas) cadastrais são mantidos no órgão de mapeamento cadastral da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um sistema totalmente digitalizado de informações geográficas (um banco de dados eletrônico para registrar os limites da propriedade, verificar mapas e fornecer informações cadastrais)? (0–1)

Os dados do registro de imóveis e da agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral são mantidos em (i) uma única base de dados, (ii) bases de dados diferentes, mas interligadas, ou (iii) bases de dados separadas? (0–1)

O registro de imóveis e a agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral usam o mesmo número para identificar os imóveis? (0–1)

Índice de transparência das informações (0–6)

As informações sobre a propriedade de imóveis estão disponíveis ao público no registro de imóveis da cidade? (0–1)

A lista de documentos necessários para realizar todos os tipos de transações imobiliárias está disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para realizar todos os tipos de transações imobiliárias no registro de imóveis da cidade está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

O registro de imóveis tem prazos específicos para fornecer um documento juridicamente vinculativo que comprove a propriedade do imóvel? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no registro de imóveis? (0–1)

Existem estatísticas oficiais disponíveis ao público a respeito do número de transações ocorridas no registro de imóveis? (0–0,5)

Os mapas (plantas) cadastrais dos lotes estão disponíveis ao público? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para se ter acesso aos mapas (plantas) cadastrais dos lotes está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A agência de cadastro imobiliário/mapeamento tem prazos específicos para fornecer um mapa (planta) cadastral atualizado? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no órgão responsável pelos mapas (plantas) cadastrais? (0–0,5)

Índice de cobertura geográfica (0–8)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente mapeados? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente mapeados? (0–2)

Índice de resolução de disputas fundiárias (0–8)

A lei exige que todas as transações de compra e venda de imóveis sejam registradas no registro de imóveis para torná-las oponíveis a terceiros? (0–1,5)

O sistema de registro de imóveis e de transmissão de imóveis está sujeito a alguma garantia? (0–0,5)

Existe algum mecanismo extrajudicial específico de indenização para cobrir os prejuízos incorridos pelas partes que, com boa-fé, participaram de uma transação imobiliária que teve como base informações errôneas certificadas pelo registro de imóveis? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da validade legal dos documentos necessários para uma transação imobiliária (por exemplo, a verificação dos contratos em conformidade com os requisitos legais)? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da identidade de cada uma das partes envolvidas em uma transação imobiliária? (0–0,5)

Existe uma base de dados nacional para verificar a exatidão de documentos de identidade emitidos pelo governo? (0–1)

Quanto tempo demora, em média, para se obter uma decisão do tribunal de primeira instância no caso de uma disputa fundiária entre duas empresas locais por direitos de posse de um imóvel localizado na cidade (sem recurso)? (0–3)

Existem estatísticas disponíveis ao público sobre o número de disputas fundiárias no tribunal de primeira instância? (0–0,5)

Índice de igualdade dos direitos de propriedade (-2–0)

Homens e mulheres solteiros(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Homens e mulheres casados(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Observações: Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020. Para informações detalhadas sobre cada localidade, consultar <https://portugues.doingbusiness.org/brazil>.

Os dados do Doing Business 2021 para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.

Rio de Janeiro		Amazonas		Paraná		São Paulo		Espírito Santo	
Resposta	Pontos								
17		16,5		16,5		16,5		16	
5		5		5		5		5	
Formato eletrônico (cópias escaneadas)	1								
Sim	1								
Formato eletrônico (totalmente digitais)	2								
Sim	1								
Bases de dados separadas	0								
Não	0								
5,5		5		5		5		4,5	
Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1
Sim, on-line	0,5								
Sim, on-line	0,5	Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0	Sim, on-line	0,5	Sim, on-line	0,5
Sim, on-line	0,5								
Sim	1								
Sim	0,5	Não	0	Sim	0,5	Sim	0,5	Não	0
Livremente acessível por qualquer um	0,5								
Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0						
Sim, on-line	0,5	Sim, on-line	0,5	Sim, on-line	0,5	Não	0	Sim, on-line	0,5
Não	0								
2		2		2		2		2	
Não	0								
Não	0								
Não	0								
Sim	2								
4,5		4,5		4,5		4,5		4,5	
Sim	1,5								
Sim	0,5								
Não	0								
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Não	0								
Entre 2 e 3 anos	1								
Sim	0,5								
0		0		0		0		0	
Sim	0								
Sim	0								

DETALHES DOS ÍNDICES DE QUALIDADE



Índice de qualidade da administração fundiária (0–30)

Índice de qualidade da infraestrutura (0–8)

Em que formato os títulos de propriedade de imóveis são mantidos no registro de imóveis da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um banco de dados eletrônico abrangente e totalmente funcional para verificar quaisquer ônus ligados ao imóvel (obrigações, hipotecas, etc.)? (0–1)

Em que formato os mapas (plantas) cadastrais são mantidos no órgão de mapeamento cadastral da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um sistema totalmente digitalizado de informações geográficas (um banco de dados eletrônico para registrar os limites da propriedade, verificar mapas e fornecer informações cadastrais)? (0–1)

Os dados do registro de imóveis e da agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral são mantidos em (i) uma única base de dados, (ii) bases de dados diferentes, mas interligadas, ou (iii) bases de dados separadas? (0–1)

O registro de imóveis e a agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral usam o mesmo número para identificar os imóveis? (0–1)

Índice de transparência das informações (0–6)

As informações sobre a propriedade de imóveis estão disponíveis ao público no registro de imóveis da cidade? (0–1)

A lista de documentos necessários para realizar todos os tipos de transações imobiliárias está disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para realizar todos os tipos de transações imobiliárias no registro de imóveis da cidade está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

O registro de imóveis tem prazos específicos para fornecer um documento juridicamente vinculativo que comprove a propriedade do imóvel? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no registro de imóveis? (0–1)

Existem estatísticas oficiais disponíveis ao público a respeito do número de transações ocorridas no registro de imóveis? (0–0,5)

Os mapas (plantas) cadastrais dos lotes estão disponíveis ao público? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para se ter acesso aos mapas (plantas) cadastrais dos lotes está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A agência de cadastro imobiliário/mapeamento tem prazos específicos para fornecer um mapa (planta) cadastral atualizado? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no órgão responsável pelos mapas (plantas) cadastrais? (0–0,5)

Índice de cobertura geográfica (0–8)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente mapeados? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente mapeados? (0–2)

Índice de resolução de disputas fundiárias (0–8)

A lei exige que todas as transações de compra e venda de imóveis sejam registradas no registro de imóveis para torná-las oponíveis a terceiros? (0–1,5)

O sistema de registro de imóveis e de transmissão de imóveis está sujeito a alguma garantia? (0–0,5)

Existe algum mecanismo extrajudicial específico de indenização para cobrir os prejuízos incorridos pelas partes que, com boa-fé, participaram de uma transação imobiliária que teve como base informações errôneas certificadas pelo registro de imóveis? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da validade legal dos documentos necessários para uma transação imobiliária (por exemplo, a verificação dos contratos em conformidade com os requisitos legais)? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da identidade de cada uma das partes envolvidas em uma transação imobiliária? (0–0,5)

Existe uma base de dados nacional para verificar a exatidão de documentos de identidade emitidos pelo governo? (0–1)

Quanto tempo demora, em média, para se obter uma decisão do tribunal de primeira instância no caso de uma disputa fundiária entre duas empresas locais por direitos de posse de um imóvel localizado na cidade (sem recurso)? (0–3)

Existem estatísticas disponíveis ao público sobre o número de disputas fundiárias no tribunal de primeira instância? (0–0,5)

Índice de igualdade dos direitos de propriedade (-2–0)

Homens e mulheres solteiros(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Homens e mulheres casados(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Observações: Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020. Para informações detalhadas sobre cada localidade, consultar <https://portugues.doingbusiness.org/brazil>.

Os dados do Doing Business 2021 para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.

Goiás		Mato Grosso do Sul e Santa Catarina		Distrito Federal		Minas Gerais		Pará	
Resposta	Pontos								
15,5		15,5		15		15		14	
5		5		5		5		4	
Formato eletrônico (cópias escaneadas)	1								
Sim	1								
Formato eletrônico (totalmente digitais)	2								
Sim	1	Sim	1	Sim	1	Sim	1	Não	0
Bases de dados separadas	0								
Não	0								
4		4		3,5		3,5		3,5	
Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1
Sim, on-line	0,5								
Sim, pessoalmente	0	Sim, pessoalmente	0	Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0	Sim, pessoalmente	0
Sim, on-line	0,5								
Sim	1	Sim	1	Não	0	Sim	1	Sim	1
Não	0	Sim	0,5	Não	0	Não	0	Não	0
Livremente acessível por qualquer um	0,5								
Sim, pessoalmente	0								
Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0	Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0	Sim, pessoalmente	0
Não	0								
2		2		2		2		2	
Não	0								
Não	0								
Não	0								
Sim	2								
4,5		4,5		4,5		4,5		4,5	
Sim	1,5								
Sim	0,5								
Não	0								
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Não	0								
Entre 2 e 3 anos	1								
Sim	0,5								
0		0		0		0		0	
Sim	0								
Sim	0								

DETALHES DOS ÍNDICES DE QUALIDADE



Índice de qualidade da administração fundiária (0–30)

Índice de qualidade da infraestrutura (0–8)

Em que formato os títulos de propriedade de imóveis são mantidos no registro de imóveis da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um banco de dados eletrônico abrangente e totalmente funcional para verificar quaisquer ônus ligados ao imóvel (obrigações, hipotecas, etc.)? (0–1)

Em que formato os mapas (plantas) cadastrais são mantidos no órgão de mapeamento cadastral da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um sistema totalmente digitalizado de informações geográficas (um banco de dados eletrônico para registrar os limites da propriedade, verificar mapas e fornecer informações cadastrais)? (0–1)

Os dados do registro de imóveis e da agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral são mantidos em (i) uma única base de dados, (ii) bases de dados diferentes, mas interligadas, ou (iii) bases de dados separadas? (0–1)

O registro de imóveis e a agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral usam o mesmo número para identificar os imóveis? (0–1)

Índice de transparência das informações (0–6)

As informações sobre a propriedade de imóveis estão disponíveis ao público no registro de imóveis da cidade? (0–1)

A lista de documentos necessários para realizar todos os tipos de transações imobiliárias está disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para realizar todos os tipos de transações imobiliárias no registro de imóveis da cidade está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

O registro de imóveis tem prazos específicos para fornecer um documento juridicamente vinculativo que comprove a propriedade do imóvel? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no registro de imóveis? (0–1)

Existem estatísticas oficiais disponíveis ao público a respeito do número de transações ocorridas no registro de imóveis? (0–0,5)

Os mapas (plantas) cadastrais dos lotes estão disponíveis ao público? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para se ter acesso aos mapas (plantas) cadastrais dos lotes está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A agência de cadastro imobiliário/mapeamento tem prazos específicos para fornecer um mapa (planta) cadastral atualizado? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no órgão responsável pelos mapas (plantas) cadastrais? (0–0,5)

Índice de cobertura geográfica (0–8)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente mapeados? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente mapeados? (0–2)

Índice de resolução de disputas fundiárias (0–8)

A lei exige que todas as transações de compra e venda de imóveis sejam registradas no registro de imóveis para torná-las oponíveis a terceiros? (0–1,5)

O sistema de registro de imóveis e de transmissão de imóveis está sujeito a alguma garantia? (0–0,5)

Existe algum mecanismo extrajudicial específico de indenização para cobrir os prejuízos incorridos pelas partes que, com boa-fé, participaram de uma transação imobiliária que teve como base informações errôneas certificadas pelo registro de imóveis? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da validade legal dos documentos necessários para uma transação imobiliária (por exemplo, a verificação dos contratos em conformidade com os requisitos legais)? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da identidade de cada uma das partes envolvidas em uma transação imobiliária? (0–0,5)

Existe uma base de dados nacional para verificar a exatidão de documentos de identidade emitidos pelo governo? (0–1)

Quanto tempo demora, em média, para se obter uma decisão do tribunal de primeira instância no caso de uma disputa fundiária entre duas empresas locais por direitos de posse de um imóvel localizado na cidade (sem recurso)? (0–3)

Existem estatísticas disponíveis ao público sobre o número de disputas fundiárias no tribunal de primeira instância? (0–0,5)

Índice de igualdade dos direitos de propriedade (-2–0)

Homens e mulheres solteiros(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Homens e mulheres casados(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Observações: Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020. Para informações detalhadas sobre cada localidade, consultar <https://portugues.doingbusiness.org/brazil>.

Os dados do Doing Business 2021 para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.

Acre e Bahia		Mato Grosso e Pernambuco		Ceará		Maranhão, Rio Grande do Sul e Roraima		Piauí	
Resposta	Pontos								
13,5		13,5		13		13		13	
5		5		5		5		4	
Formato eletrônico (cópias escaneadas)	1	Papel	0						
Sim	1								
Formato eletrônico (totalmente digitais)	2								
Sim	1								
Bases de dados separadas	0								
Não	0								
4		4		3,5		3,5		2,5	
Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1
Sim, on-line	0,5								
Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0						
Sim, on-line	0,5								
Sim	1	Sim	1	Sim	1	Sim	1	Não	0
Não	0	Sim	0,5	Não	0	Não	0	Não	0
Livremente acessível por qualquer um	0,5	Livremente acessível por qualquer um	0,5	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	0,5	Livremente acessível por qualquer um	0,5	Livremente acessível por qualquer um	0,5
Sim, pessoalmente	0								
Sim, pessoalmente	0								
Não	0								
0		0		0		0		2	
Não	0								
Não	0								
Não	0								
Não	0	Não	0	Não	0	Não	0	Sim	2
4,5		4,5		4,5		4,5		4,5	
Sim	1,5								
Sim	0,5								
Não	0								
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Não	0								
Entre 2 e 3 anos	1								
Sim	0,5								
0		0		0		0		0	
Sim	0								
Sim	0								

DETALHES DOS ÍNDICES DE QUALIDADE



Índice de qualidade da administração fundiária (0–30)

Índice de qualidade da infraestrutura (0–8)

Em que formato os títulos de propriedade de imóveis são mantidos no registro de imóveis da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um banco de dados eletrônico abrangente e totalmente funcional para verificar quaisquer ônus ligados ao imóvel (obrigações, hipotecas, etc.)? (0–1)

Em que formato os mapas (plantas) cadastrais são mantidos no órgão de mapeamento cadastral da cidade—em livros (papel) ou em formato eletrônico (cópias escaneadas ou totalmente digitais)? (0–2)

Existe um sistema totalmente digitalizado de informações geográficas (um banco de dados eletrônico para registrar os limites da propriedade, verificar mapas e fornecer informações cadastrais)? (0–1)

Os dados do registro de imóveis e da agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral são mantidos em (i) uma única base de dados, (ii) bases de dados diferentes, mas interligadas, ou (iii) bases de dados separadas? (0–1)

O registro de imóveis e a agência de cadastro imobiliário ou mapeamento cadastral usam o mesmo número para identificar os imóveis? (0–1)

Índice de transparência das informações (0–6)

As informações sobre a propriedade de imóveis estão disponíveis ao público no registro de imóveis da cidade? (0–1)

A lista de documentos necessários para realizar todos os tipos de transações imobiliárias está disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para realizar todos os tipos de transações imobiliárias no registro de imóveis da cidade está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

O registro de imóveis tem prazos específicos para fornecer um documento juridicamente vinculativo que comprove a propriedade do imóvel? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no registro de imóveis? (0–1)

Existem estatísticas oficiais disponíveis ao público a respeito do número de transações ocorridas no registro de imóveis? (0–0,5)

Os mapas (plantas) cadastrais dos lotes estão disponíveis ao público? (0–0,5)

A tabela de taxas e preços para se ter acesso aos mapas (plantas) cadastrais dos lotes está facilmente disponível ao público? Em caso afirmativo, como? (0–0,5)

A agência de cadastro imobiliário/mapeamento tem prazos específicos para fornecer um mapa (planta) cadastral atualizado? Em caso afirmativo, como são comunicados os prazos e os padrões dos serviços? (0–0,5)

Existe um mecanismo específico e independente para protocolar queixas sobre problemas ocorridos no órgão responsável pelos mapas (plantas) cadastrais? (0–0,5)

Índice de cobertura geográfica (0–8)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente registrados no registro de imóveis? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular do Brasil foram formalmente mapeados? (0–2)

Todos os terrenos de propriedade particular na cidade foram formalmente mapeados? (0–2)

Índice de resolução de disputas fundiárias (0–8)

A lei exige que todas as transações de compra e venda de imóveis sejam registradas no registro de imóveis para torná-las oponíveis a terceiros? (0–1,5)

O sistema de registro de imóveis e de transmissão de imóveis está sujeito a alguma garantia? (0–0,5)

Existe algum mecanismo extrajudicial específico de indenização para cobrir os prejuízos incorridos pelas partes que, com boa-fé, participaram de uma transação imobiliária que teve como base informações errôneas certificadas pelo registro de imóveis? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da validade legal dos documentos necessários para uma transação imobiliária (por exemplo, a verificação dos contratos em conformidade com os requisitos legais)? (0–0,5)

O sistema jurídico exige uma verificação da identidade de cada uma das partes envolvidas em uma transação imobiliária? (0–0,5)

Existe uma base de dados nacional para verificar a exatidão de documentos de identidade emitidos pelo governo? (0–1)

Quanto tempo demora, em média, para se obter uma decisão do tribunal de primeira instância no caso de uma disputa fundiária entre duas empresas locais por direitos de posse de um imóvel localizado na cidade (sem recurso)? (0–3)

Existem estatísticas disponíveis ao público sobre o número de disputas fundiárias no tribunal de primeira instância? (0–0,5)

Índice de igualdade dos direitos de propriedade (-2–0)

Homens e mulheres solteiros(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Homens e mulheres casados(as) têm os mesmos direitos de propriedade perante a lei? (-1–0)

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Observações: Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020. Para informações detalhadas sobre cada localidade, consultar <https://portugues.doingbusiness.org/brazil>.

Os dados do Doing Business 2021 para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.

Rondônia		Sergipe		Tocantins		Alagoas e Paraíba		Amapá e Rio Grande do Norte	
Resposta	Pontos								
12,5		12,5		12,5		12		11,5	
4		5		4		5		4	
Formato eletrônico (cópias escaneadas)	1								
Sim	1								
Formato eletrônico (totalmente digitais)	2								
Não	0	Sim	1	Não	0	Sim	1	Não	0
Bases de dados separadas	0								
Não	0								
4		3		4		2,5		3	
Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1	Qualquer pessoa que pague a taxa oficial	1
Sim, on-line	0,5								
Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0	Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0	Sim, on-line	0,5
Sim, on-line	0,5								
Sim	1	Sim	1	Sim	1	Não	0	Não	0
Não	0								
Apenas intermediários e partes interessadas	0	Apenas intermediários e partes interessadas	0	Livremente acessível por qualquer um	0,5	Livremente acessível por qualquer um	0,5	Livremente acessível por qualquer um	0,5
Sim, pessoalmente	0								
Sim, on-line	0,5	Sim, pessoalmente	0						
Não	0								
0		0		0		0		0	
Não	0								
Não	0								
Não	0								
4,5		4,5		4,5		4,5		4,5	
Sim	1,5								
Sim	0,5								
Não	0								
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5	Sim (Oficiais de Registro de Imóveis; Tabeliães de Notas)	0,5
Não	0								
Entre 2 e 3 anos	1								
Sim	0,5								
0		0		0		0		0	
Sim	0								
Sim	0								

DETALHES DOS ÍNDICES DE QUALIDADE



Índice de qualidade dos processos judiciais (0–18)

Índice de estrutura e procedimentos dos tribunais (0–5)

Existe um tribunal, divisão ou seção de um tribunal exclusivamente dedicado a decidir processos comerciais? (0–1,5)

Tribunal de pequena causa ou montante (0–1,5)

- Existe um tribunal/divisão ou seção de pequena causa ou montante ou um processo acelerado para pequenos litígios?
- Se for o caso, é permitida a autorrepresentação nestes processos?

É permitida a penhora preventiva? (0–1)

Os novos casos são distribuídos aleatoriamente no tribunal competente? (0–1)

O testemunho de uma mulher tem o mesmo peso de prova que o testemunho de um homem? (-1–0)

Índice de gestão de processos (0–6)

Prazos legais (0–1)

- Existem leis que estabeleçam prazos legais para atos judiciais importantes em matéria de processo civil?
- Estes prazos legais são respeitados em pelo menos três eventos importantes?
- Estes prazos legais são respeitados em mais de 50% dos casos?

Adiamentos (0–1)

- A lei regula o número máximo de adiamentos que podem ser concedidos?
- Os adiamentos estão limitados a circunstâncias imprevisíveis e excepcionais?
- Se existem regras relativas a adiamentos, são as mesmas respeitadas em mais de 50% dos casos?

Estão disponíveis ao público pelo menos dois dos quatro relatórios de desempenho a seguir sobre o tribunal competente: (i) o relatório do tempo até o julgamento, (ii) relatório sobre a taxa de resolução de processos, (iii) relatório sobre o período de pendência dos processos, (iv) relatório sobre o andamento de processo individual? (0–1)

A audiência antes da fase de instrução (pré-instrução) perante o tribunal competente constitui parte das técnicas de gestão do processo? (0–1)

Existe um sistema eletrônico de gestão de processo (SGP) no tribunal competente que possa ser utilizado pelos juízes? (0–1)

Existe um sistema eletrônico de gestão de processo (SGP) no tribunal competente que possa ser utilizado pelos advogados? (0–1)

Índice de automação de tribunais (0–4)

A petição inicial pode ser apresentada eletronicamente através de uma plataforma dedicada no tribunal competente? (0–1)

A citação da petição inicial pode ser feita eletronicamente através de uma plataforma dedicada no tribunal competente? (0–1)

As custas judiciais podem ser pagas eletronicamente junto ao tribunal competente? (0–1)

Publicação das sentenças (0–1)

- As sentenças proferidas em todos os níveis em processos comerciais são disponibilizadas ao público em geral através de publicações no Diário Oficial, em jornais ou on-line?
- Os julgamentos proferidos em litígios comerciais ao nível de recurso e dos Tribunais Superiores são disponibilizados ao público através da sua publicação no Diário Oficial, jornais ou no site do tribunal?

Índice de resolução alternativa de litígios (0–3)

Arbitragem (0–1,5)

- A arbitragem comercial a nível nacional é regulamentada por uma lei consolidada ou por um capítulo/seção consolidado(a) do código de processo civil aplicável abrangendo, substancialmente, todos os seus aspectos?
- Existem alguns litígios comerciais – para além dos que tratam de ordem pública ou de interesse público – que não estejam sujeitos a arbitragem no Brasil?
- As cláusulas ou acordos de arbitragem são habitualmente exequíveis pelos tribunais?

Mediação/conciliação (0–1,5)

- A mediação/conciliação voluntária está disponível?
- No Brasil, a mediação/conciliação está regulamentada por uma lei consolidada ou por um capítulo/seção consolidado(a) do código de processo civil aplicável abrangendo, substancialmente, todos os seus aspectos?
- Existem incentivos financeiros para as partes tentarem a mediação/conciliação (i.e., reembolso das custas judiciais, créditos de imposto sobre o rendimento, etc.).

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins		Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina		Espírito Santo	
Resposta	Pontuação	Resposta	Pontuação	Resposta	Pontuação
12,5		11,5		9,5	
3,5		3,5		3,5	
Não	0	Não	0	Não	0
Sim	1,5	Sim	1,5	Sim	1,5
Sim	1	Sim	1	Sim	1
Sim	1	Sim	1	Sim	1
Sim	0	Sim	0	Sim	0
3		2		1	
Sim	0	Sim	0	Sim	0
Não	0	Não	0	Não	0
Sim	1	Não	0	Não	0
Não	0	Não	0	Não	0
Sim	1	Sim	1	Sim	1
Sim	1	Sim	1	Não	0
3		3		2	
Sim	1	Sim	1	Não	0
Não	0	Não	0	Não	0
Sim	1	Sim	1	Sim	1
Sim	1	Sim	1	Sim	1
3		3		3	
Sim	1,5	Sim	1,5	Sim	1,5
Sim	0,5	Sim	0,5	Sim	0,5
Não	0,5	Não	0,5	Não	0,5
Sim	0,5	Sim	0,5	Sim	0,5
1,5		1,5		1,5	
Sim	0,5	Sim	0,5	Sim	0,5
Sim	0,5	Sim	0,5	Sim	0,5
Sim	0,5	Sim	0,5	Sim	0,5

Fonte: Base de dados do Doing Business e do Doing Business Subnacional.

Observações: Dados atualizados até o dia 1º de setembro de 2020. Os dados do Doing Business 2021 para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.